

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.621.354 - SC (2019/0342708-6)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**AGRAVADO : JOSE AURI DA SILVA SANTOS**  
**ADVOGADOS : THIAGO BUCHWEITZ ZILIO - SC029884A**  
**RODRIGO LUÍS BROLEZE - SC011143A**  
**JOSÉ EMÍLIO BOGONI E OUTRO(S) - SC004151A**  
**LUIZ CARLOS SABADIN - SC038097A**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

PREVIDENCIÁRIO APOSENTADORIA POR INVALIDEZ INCAPACIDADE LABORAL TEMPORÁRIA FIXAÇÃO DE TERMO FINAL HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARTIGO 85 CPC/2015 SÚMULA 111 DO STJ 1 DEMONSTRADA A INCAPACIDADE TEMPORÁRIA DO SEGURADO COM POSSIBILIDADE DE MELHORA DO QUADRO OU EVENTUAL REABILITAÇÃO PROFISSIONAL JUSTIFICA-SE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA EM SEU FAVOR E NÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ 2 DEVE SER CONCEDIDO AUXÍLIO-DOENÇA ATÉ A MELHORA DO QUADRO OU EVENTUAL REABILITAÇÃO PROFISSIONAL NÃO SENDO POSSÍVEL FIXAR O TERMO FINAL DO BENEFÍCIO NO PROCESSO JUDICIAL OU UM PERÍODO MÁXIMO PARA A CURA DA MOLÉSTIA 3 A ORIENTAÇÃO DA SÚMULA 111 DO STJ PERMANECE VÁLIDA NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 4 NÃO HÁ INCOMPATIBILIDADE ENTRE O CONTEÚDO DA SÚMULA 111 E O § 3 DO ART 85 DO CPC DE 2015 5 MANTIDA A VERBA HONORÁRIA FIXADA NA SENTENÇA

Alega violação do art. 60, § 9º, da Lei n. 8.213/91, no que concerne à impossibilidade de manutenção do auxílio-doença até a realização de nova perícia médica em razão de se tratar de benefício temporário com prazo determinado, e traz o(s) seguinte(s) argumento(s):

É preciso ter em conta que o auxílio-doença é uma espécie previdenciária única e deve ser usufruído de igual maneira por todos os segurados que ?zerem jus a essa espécie previdenciária. O fato de ter sido

concedido por força de decisão judicial não transmuta sua natureza temporária, da mesma forma que não modifica os seus requisitos e os seus destinatários, nem tampouco altera as regras de manutenção do benefício.

Portanto, no processo de manutenção de benefícios por incapacidade, deve-se garantir a igualdade de tratamento entre os segurados da previdência social, independente da origem do benefício, se judicial ou administrativa, em observância ao disposto no art. 5º, caput e inciso I, da CF/88.

Por fim, importante destacar que caso o prazo concedido para a recuperação do segurado (data de cessação do benefício - DCB) se revele insuficiente, o segurado poderá solicitar a realização de novo exame médico pericial, por meio do pedido de prorrogação PP, bastando para tanto um simples agendamento requerido no prazo compreendido nos quinze dias que antecedem a data da cessação, não havendo limites para tais pedidos, possibilidade da qual têm os segurados pleno conhecimento (por meio da Carta de Concessão), não havendo que se falar em prejuízo (mesmo porque o INSS promoverá o pagamento da prestação previdenciária até que seja realizada a nova perícia médica).

[...]

Portanto, uma vez proferida decisão judicial provisória ou definitiva ~~sem~~ a fixação do prazo estimado de recuperação que permita a definição da DCB (§8º), vale a regra de direito material que estabelece a duração inicial de 120 dias para o auxílio-doença, com possibilidade de o segurado requerer a prorrogação do benefício (§9º).

[...]

Não se pode olvidar, destarte, que o instituto processual da tutela provisória de natureza satisfativa apenas antecipa um direito previsto na legislação, mas não cria, amplia ou de qualquer forma modifica o conteúdo desse direito material. (fls. 227/229)

É o relatório. Decido.

Na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Conforme salientou o Desembargador Celso Kipper, quando do julgamento da Apelação Cível nº 0003073-11.2017.4.04.9999/SC, por esta Turma Regional, mesmo tendo o benefício sido concedido após a edição da Medida Provisória nº 739, de 07-07-2016, que teve seu prazo de vigência encerrado no dia 04-11-2016, **não é "possível o estabelecimento de um prazo para sua cessação quando há clara impossibilidade de um prognóstico seguro acerca da total reabilitação da parte autora para o exercício de suas atividades laborativas.** Com efeito, é necessária toda a cautela antes de se antecipar uma situação futura que pode não refletir o real estado de saúde do segurado, haja vista que o quadro clínico de cada trabalhador demanda um diagnóstico específico. O tempo de recuperação de cada segurado poderá oscilar sensivelmente dependendo das suas condições pessoais, mesmo que se considere segurados portadores de idêntica moléstia e com mesma faixa etária. Tanto é assim que a própria disposição legal prevê que tal prazo seja estipulado sempre que possível, o que não quer dizer, obviamente, em todos os casos".

Assim, havendo impedimento para o trabalho, deve ser concedido auxílio-doença até a melhora do quadro ou eventual reabilitação

# *Superior Tribunal de Justiça*

profissional, não sendo possível, no geral, fixar o termo final do benefício no processo judicial ou um período máximo para a cura da moléstia. (fl. 197) - Grifos nossos

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente